
EDITORIAL

1. Assumiu funções, recentemente, uma nova Direcção do IDN. É natural, assim, que neste número da «Nação e Defesa» se faça uma referência à Direcção ora rendida e se perspective uma orientação quanto à acção futura mais próxima.

2. A anterior Direcção, constituída pelo general (FAer) Castelo Branco e pelo brigadeiro (Ex), Lages Ribeiro, serviu o IDN durante mais de três anos, desenvolvendo uma acção dinâmica e com elevado espírito de missão e prestando serviços que foram superiormente reconhecidos como relevantes, extraordinários e distintos. Acresce que o general Castelo Branco deixou o IDN para passar a comandar o Colégio de Defesa da OTAN, em Roma, o que, evidentemente, se reveste de grande prestígio, para o próprio e para o País. O IDN deseja-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas novas e importantes funções.

3. Quanto às linhas orientadoras da acção futura do Instituto, nos tempos mais próximos, creio adequado deixar aqui registadas as palavras que, sobre o assunto, pronunciei ao tomar posse das funções de Director do IDN:

«Julgo que seria descabido apresentar, neste momento, qualquer plano geral de acção sem analisar adequadamente as directivas recebidas de V. Ex.^a e ouvir e ponderar as opiniões dos meus colaboradores mais imediatos. Por outro lado, esta é uma Casa com uma dinâmica e rotina já razoavelmente consolidadas pelos sucessos da experiência, pelo que, nas suas grandes linhas, não me caberá mais que acrescentar um ou outro lanço àquilo que vem sendo feito, ajustar uma ou outra orientação à evolução da conjuntura e, se possível, abrir alguns novos caboucos. Sem embargo, creio que po-

derão ser adequadas três pequenas reflexões, como referências balizadoras.

Enquadra-se a primeira na orientação geral que recebi de V. Ex.^a, no âmbito da missão primária deste Instituto de dilucidar a problemática da defesa nacional e de sensibilizar e consciencializar para a mesma a maior parte das chamadas «forças vivas» nacionais, por forma que estas possam, por seu turno, ser fermento multiplicador e prolongador dessa acção a todo o corpo nacional, desde as famílias às várias organizações, passando naturalmente pelas escolas e outros centros de formação. De forma, aparentemente, um tanto paradoxal, tal objectivo assume particular acuidade em tempos como o actual: por um lado, porque os períodos de paz, em especial quando com laivos tão excepcionalmente optimistas como os por muitos hoje em dia vislumbrados, são períodos de leniência, esmorecedores das grandes certezas e das linhas de separação e tendentes a confundir o contingente com o permanente, o aparente com o real; por outro lado, só um reforço, fortalecimento ou revigoração da coesão, da identidade e da capacidade de afirmação nacional, em especial na sua expressão anímica e cultural, permitirão encarar, sem risco de anomia, a natural inserção do País em espaços mais vastos.

Referem-se as outras duas reflexões a aspectos da evolução da conjuntura mundial, a que este Instituto, como órgão de estudo e de reflexão da problemática da defesa nacional, não poderá ser indiferente.

Reporta-se a primeira à evolução em curso na Europa e que é susceptível de percursos e de ritmos diversificados e que exigem uma atenção permanente, para ser atempada. Qualquer que seja o sentido dessa evolução, parece líquido e pacífico que nos encontramos num ponto de viragem, prenhe de perspectivas optimistas mas também de riscos graves, gerador de incertezas e que, de forma mais ou menos acentuada, porá em causa os quadros mentais político-estratégicos que têm sido os referenciais dos últimos 40 anos e

que têm balizado as análises, as doutrinas, as posturas e as acções reflexas.

Relaciona-se a segunda com a evolução da situação na África Austral e na África em geral, na qual se podem desenhar perspectivas e abrir ou consolidar oportunidades com reflexos, não só na política de defesa nacional, mas no próprio campo de actividades deste Instituto.»